



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS, destinados ao atendimento das Unidades de Saúde Pública Municipal.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E INÍCIO DA SESSÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO:**

DIA: 24/06/2020

HORÁRIO: 08:30 hs (Horário de Brasília)

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para a abertura das propostas comerciais.

SÍTIO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

NOME DA UASG: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

CÓDIGO UASG: 984723

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na internet, no site www.pmjm.mg.gov.br, telefone (31) 3859 2525, na sede da Prefeitura, Rua Geraldo Miranda 337- Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade, 35.930.027 ou pelo sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br

ESCLARECIMENTOS: licitacoes@pmjm.mg.gov.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília

EDITAL - REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 141/2020

MODALIDADE: Pregão Eletrônico 15/2020

TIPO: Menor Preço

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

DATA:24/06/2020

HORÁRIO:08:30 hs

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

1-PREÂMBULO

O Município de João Monlevade, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Simone Carvalho, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público, que se acha aberta, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tipo **MENOR PREÇO** nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Leis Complementares 123/06, 147/14 e 155/16, Decreto Federal nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no local, dia e hora acima mencionados.

2- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento e anexos que dele fazem parte.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, quando serão credenciados os representantes das empresas licitantes e recebidos a documentação e proposta.

Será conduzido pela Pregoeira **Érica Márcia Rabelo Silva Araújo** com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Na ausência ou impedimento da Pregoeira indicado no item anterior, este pregão deverá ser conduzido por Pregoeiro (a) oficialmente capacitado e nomeado para este fim.

Integram o presente Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;



ANEXO II - Modelo Proposta Comercial

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV - Planilha de Itens e Custo

3. DO OBJETO

3.1. O presente pregão tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS, destinados ao atendimento das Unidades de Saúde Pública Municipal.

3.2. As quantidades descritas são estimativas para fornecimento pelo período de 12 (doze) meses, com entregas em períodos alternados e quantidades definidas de acordo com as necessidades deste Município. O presente procedimento não obriga a administração aquisição total do objeto.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Pregão as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem a todas as exigências, legalmente constituídas, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital, apresente os documentos nele exigidos e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico conforme Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.4. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor.

4.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.8. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico conforme Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

4.9. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de João Monlevade, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.10. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar o processo no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou www.pmjm.mg.gov.br link licitações, até a data de abertura dos envelopes. Alterações e avisos que se fizerem necessários serão disponibilizados nestes sites para conhecimento dos interessados.

4.10. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, em consonância com a Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

4.10.1. A comprovação de que o licitante se enquadra na condição de ME/EPP se dará mediante apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial de sua sede OU Declaração de Enquadramento de ME/EPP devidamente arquivada na Junta Comercial OU documento equivalente para as pessoas jurídicas registradas em Cartório.

4.10.2 O documento a ser apresentado deve ser inserido via sistema, juntamente com os documentos de habilitação, concomitantemente com a inserção da Proposta Comercial.

4.10.3 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

4.10.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

4.10.4.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n ° 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.11. A simples participação dos interessados nesta licitação, implica na aceitação plena por parte da proponente dos termos deste Edital, bem como de toda legislação federal e estadual pertinente às contratações públicas decaindo do direito de impugnar os seus termos a empresa que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder o início da sessão.

4.12. É vedada a participação de empresa:

a) concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera de Governo e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93;

c) suspensa de licitar junto ao Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, autarquias e Fundações do Município;



d) cujos sócios, diretores, representantes ou procuradores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

e) estrangeiras que não funcionem no País;

f) que possuam em seu quadro as pessoas de que trata o artigo 9º da Lei 8.666/93;

4.13. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, estando apto a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

c) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

d) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

e) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;

g) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Declaração de Proposta Independente.

h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

i) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.14. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição exigida neste Edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei penal, com a comunicação do fato à Autoridade Policial competente/órgão do Ministério Público, bem como às cominações sancionadoras deste Edital e da Lei Federal nº 10.520/2002.

4.15. As declarações somente serão visualizadas pela pregoeira na Fase de Habilitação.

4.16. Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

5- DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição detalhada dos produtos e o valor, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de

negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9 A FIM DE PROPORCIONAR MÁXIMA SEGURANÇA JURÍDICA À CONTRATAÇÃO, AO CADASTRAR A PROPOSTA O LICITANTE DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, INCLUIR A DESCRIÇÃO DETALHADA DOS PRODUTOS OFERTADOS E O VALOR UNITÁRIO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

a) Valor unitário até quatro casas decimais e total do item;

b) Descrição do objeto contendo informações detalhadas tais como: marca, laboratório fabricante, categoria (genérico, similar ou ético) e, quantidade da embalagem de venda.

5.10. O prazo de validade dos medicamentos, deverá ser de no mínimo de 75% (setenta e cinco) por cento da data de fabricação, a contar do fornecimento;

5.10.1. O prazo para fornecimento será de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da AF – Autorização de Fornecimento emitida pelo município;

5.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante, para todos os efeitos legais.

5.12. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, administrativos, securitários, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento do bem ou na prestação dos serviços.

5.13. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los as suas expensas a fim de fornecer o bem

5.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, vinculam juridicamente a licitante, sendo de sua exclusiva responsabilidade, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.15. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.16. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **máximo de vinte e quatro horas, a contar** da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

6.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

6.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.2. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

6.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

6.3 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações contidas no edital e anexos e na sua proposta cadastrada no COMPRASNET devendo ainda conter:

6.3.1. Prova de registro dos medicamentos cotados, emitida pela ANVISA ou cópia de publicação do DOU – diário Oficial da União ou, cópia de publicação do DOU – Diário Oficial da União, da dispensa de registro de produto;

a) Poderá ser anexado o pedido de revalidação do registro datado do semestre anterior ao vencimento, caso o prazo esteja vencido;

6.4. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

6.5. A proposta deverá indicar a Razão Social, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, número da Conta Corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a licitante sagrar-se vencedora do certame;

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 - A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e dos documentos de habilitação especificados neste Edital.

7.1.1 - Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

7.1.2 - As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicafe deverão apresentar documentos que supram tais exigências por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet.

7.1.3 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.2 - A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da documentação abaixo relacionada:

7.2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Autorização de funcionamento emitida pela ANVISA;

b) Licença Sanitária em vigor emitida pela Vigilância Sanitária Local;

- c) Autorização especial de funcionamento, emitida pela ANVISA, p/ medicamentos constantes da relação da Portaria nº. 344/98 (medicamentos controlados);
- d) Inscrição da Empresa no Conselho Regional de Farmácia;

7.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de Firma Individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial e, tratando-se de Sociedade por Ações, acrescentar os documentos de eleição de seus Administradores, dispensados caso estes já tenham sido apresentados na fase de credenciamento;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.3. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal em certidão única, abrangendo todos os tributos federais e as contribuições sociais/ previdenciárias, consoante as disposições previstas na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014 alterada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.821 de 17/10/2014;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII–A da consolidação das Leis

de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943. Alteração do artigo 29 da Lei 8666/93, conforme (Lei 12.440 de 07/07/2011).

7.2.3.1. Considera-se regular as certidões “**positivas com efeito de negativa**”;

7.2.4. Qualificação Econômico-Financeira

7.2.4.1. Certidão Negativa de Falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de até 90 (noventa) dias;

7.2.4.2. Balanço Patrimonial e DRE, correspondente ao último exercício social encerrado, na forma a seguir:

7.2.4.2.1. Tratando-se de Sociedade Anônima, publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, acompanhado das respectivas demonstrações de Conta de Resultados. No caso de sociedades civis, o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados na forma da legislação civil competente;

7.2.4.2.2. Os tipos societários não sujeitos à Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar cópias autenticadas do referido Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, em cópias das folhas do Livro Diário, contendo termos de abertura e encerramento, tempestivamente assinados pelo representante legal da empresa e profissional de contabilidade habilitado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por Índices Oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.2.4.2.3. Os tipos societários obrigados à Escrituração Contábil Digital – ECD consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, **regulamentado através da IN RFB nº 1420/2013, alterada pela RFB nº 1.594/2015** e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC deverão apresentar cópias autenticadas do referido Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, tempestivamente assinados pelo representante legal da empresa e profissional de contabilidade habilitado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por Índices Oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, juntando a estes os seguintes documentos, também referentes ao último exercício social encerrado:

- I. Cópia do Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- II. Cópias dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- III. Cópias do Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

7.2.4.2.4. As empresas recém-constituídas que não completaram um exercício social deverão apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil de abertura, assinados por profissional legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, devidamente registrados na Junta Comercial. O Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício registrados/autenticados eletronicamente através de processamento digital deverão apresentar comprovação das assinaturas digitais do contabilista/contador e do proprietário/sócio/administrador da empresa por meio de certificação digital.

7.2.4.3. A comprovação da boa situação financeira do concorrente será avaliada pelo Índice de Liquidez Geral (ILG), e de liquidez corrente (ILC), maior ou igual a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ou, mediante comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado da licitação.

ILG – maior ou igual a 1.

ILC - maior ou igual a 1.

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

$$\text{PC} + \text{ELP}$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

$$\text{PC}$$

7.2.4.3.1. Nos termos do § 5º do artigo 31, Lei 8666/93, os índices de liquidez são exigidos, considerando-se que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa proponente tenha no seu ativo, no mínimo R\$ 1,00 ou 10% do patrimônio líquido mínimo, como forma de garantia de cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

7.3 - Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Pregoeira.

7.3.1 - Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitações do Município de João Monlevade, rua Geraldo Miranda 337, João Monlevade MG.

7.3.2 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;
- b) se o licitante for **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- c) se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da **matriz** quanto os da **filial**;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.5. As certidões obtidas pelos sites oficiais deverão ter sua autenticidade verificada nos sites dos órgãos expedidores.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

8.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

9.1 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

9.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.1.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.2 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.3. Para fins de classificação das propostas, será considerado o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**;

10 - FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

10.2 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

10.3 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

10.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.6 - Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.7 - Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7.1 - No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio utilizado para divulgação.

11 - MODO DE DISPUTA

11.1 - Neste Pregão será adotado o modo de **disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.

11.2 - A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.3 - O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no **mínimo, R\$ 0,0001 (um milésimo de centavo)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

11.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se á automaticamente.

11.5 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.6 - Os licitantes, a qualquer momento, após finalizada a disputa, poderão registrar seus questionamentos para a Pregoeira em campo próprio do sistema, por meio do “chat”.

11.6.1 - Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos em campo próprio do sistema.

11.6.2 - Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”.

12. DO TRATAMENTO DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS E EPP.

12.1 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

12.1.1 - a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

12.1.2 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.1.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.2 - A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

13 – NEGOCIAÇÃO

13.1 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

13.2 - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.3 – Para fins de aceitação do preço final obtido na fase de lances serão avaliados o valor estimado neste edital e o da tabela CMED;

14 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1 - A licitante melhor classificada deverá encaminhar juntamente com a documentação, a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, juntamente a documentação exigida, no item 6.3.1, em arquivo único, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da convocação efetuada pela Pregoeira por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

14.1.1 - Deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.1.2 - Deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de Pagamento.

14.2 - A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto e com o capítulo V deste edital.

14.2.1 - A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura de João Monlevade ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.2.2 - A Pregoeira, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

14.2.1 - Quando necessário, a Pregoeira poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos.

14.3 - Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Pregoeira.

14.4 - A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

14.5 - Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

14.6 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

15 – HABILITAÇÃO

15.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

15.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme definido capítulo VII deste edital.

15.3. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicafe deverão apresentar documentos que supram tais exigências por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, juntamente com a proposta reformulada.

15.3.1. Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, deverão, mediante solicitação da Pregoeira, ser enviados juntamente à proposta adequada ao último lance.

15.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.5 - A Pregoeira poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

15.6 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.7 - Impugnado algum documento pelos demais licitantes, o detentor do menor preço deverá produzir prova de sua exatidão, em prazo a ser definido pela Pregoeira para cumprimento da diligência.

15.8 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

16.2 - A falta de manifestação no prazo estabelecido importará a decadência do direito de recurso e autoriza a Pregoeira a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

16.3. A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

16.5. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos franqueada aos interessados.

16.6. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

16.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.8. A decisão acerca das impugnações e dos recursos interposto será publicada na imprensa oficial do município e na internet, no site da prefeitura, de modo a todos os interessados acompanharem as decisões.

16.9. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

15. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

15.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Edital deverão ser enviados à Pregoeira até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço de e-mail: licitacoes@pmjm.mg.gov.br ou pelo sítio www.comprasnet.gov.br.

15.2. Os esclarecimentos serão prestados pela Pregoeira via e-mail e disponibilizados através do sítio www.comprasnet.gov.br e também sítio do Município www.pmjm.mg.gov.br ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

15.3. Até (03) três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, conforme prevê o art. 23 do Decreto n.º 10.024/2019.

15.4. Caberá a Pregoeira, que poderá ser auxiliada pelo setor jurídico e áreas técnicas, decidir sobre a impugnação no prazo de (02) dois dias úteis.

15.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

16. DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente licitação, com valor total estimado de **R\$ 3.027.988,5143**, serão custeadas com recursos do orçamento vigente ou dotações criadas para este fim no próximo exercício, mediante disponibilidades orçamentárias e financeiras, processadas e autorizadas, no ato das aquisições.

16.1.1. Serão utilizadas dotações do orçamento vigente seguintes dentre outras, 10.301.1002.2049, ficha 509, fonte 1.59, 10.303.1004.2063, ficha 609 fontes 1.02, 1.59 e 1.55.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o resultado da licitação e respeitada ordem de classificação, será

formalizada a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

17.2. O Município de João Monlevade, através do Setor de Licitações convocará formalmente o licitante vencedor informando o local, data e hora para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

17.3. Salvo motivo justificado e aceito pelo Município, o licitante decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, se não comparecer para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

17.4. Na assinatura da Ata será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência;

17.5. Caso o licitante vencedor não faça a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente recusar-se a assinar a Ata, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita negociação, assiná-la, sem prejuízo das multas previstas neste edital e demais cominações legais;

17.6. Firmada a Ata de Registro de Preços entre o licitante vencedor e o Município de João Monlevade, seus signatários passarão a denominar-se: **Fornecedor Registrado e Órgão Gerenciador**, respectivamente;

17.7. A Ata poderá ser firmada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, devidamente munido, respectivamente, de procuração ou contrato social e cédula de identificação do(s) licitante(s) vencedor(s);

17.8. Ao firmar a Ata, o Fornecedor Registrado, quando solicitado pelo Órgão Gerenciador, obriga-se ao fornecimento dos itens a ele adjudicados;

17.9. A ARP terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, vedado os acréscimos nos quantitativos fixados nesta, de que trata o § 1º do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

17.9.1. A ata de registro de preços durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador;

17.10. A ARP não obriga o Município a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência;

17.11. A Comissão de Registro de Preços avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento dos preços, publicando, trimestralmente, os preços registrados;

17.12. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o setor gerenciador negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da Ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória;

17.13. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura, à Rua Geraldo Miranda, 337, Bairro N. Sra. da Conceição, dirigida à Comissão de Registro de Preços;

17.14. O fornecedor, antes de ser receber as AF's – Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, ou no ato de recebimento destas, poderá requerer ao setor gerenciador, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

17.14.1. Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o fornecedor ficará exonerado da aplicação de penalidade.

17.15. Cancelados os registros, o Município poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

17.16. Não havendo êxito nas negociações, e não existindo outros preços registrados, o Município revogará a ARP;

17.17. O gestor da ARP deverá realizar o controle dos fornecimentos, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação;

17.18. O Município não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na Ata ou Termo de Referência.

18. DO REGISTRO DE PREÇOS DOS FORNECEDORES

18.1. O Município de João Monlevade, órgão gestor, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidas as solicitações, quando necessário;

18.1.1. Serão registrados os preços de todos os classificados que concordarem com o registro ao valor do primeiro classificado;

18.2. O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste Edital;

18.3. Quando comprovada a hipótese acima descrita, o Município convocará obedecida ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP;

19. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

19.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste edital caberão à **Comissão Gerenciadora nomeada pela portaria nº. 801/2017**, que determinará o que for necessário para regularizar falhas, faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal;

19.2. Fica reservado à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste edital e anexos, e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação;

19.3. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município deverão ser solicitadas formalmente pelo Fornecedor Registrado à Secretária Municipal de Administração, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

19.4. O Fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhes todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades;



19.5. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do Fornecedor Registrado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em co-responsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o Fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, procederem ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO E ÓRGÃO GERENCIADOR

20.1. São obrigações do licitante fornecedor:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços;
- b) Não subcontratar o objeto da presente licitação sem o consentimento prévio do Município, o qual, caso haja, será dado por escrito;
 - b.1) A adjudicatária responde, solidariamente, pelos atos praticados pela firma subcontratada, relacionados com o objeto deste edital;
- c) Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
- d) Proceder entrega dos produtos, objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos deste Edital;
- e) Credenciar junto ao Município funcionário (s) que atenderá (ão) às solicitações do objeto deste pregão;
- f) Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

20.2. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

- b) Designar o (s) gestor (es) de contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual e para atestar o recebimento dos produtos, conforme definido do presente edital;
- c) Emitir as Autorizações de Fornecimentos, à Contratada, para o seu endereço ou através de email ou fax;
- d) Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento, fixando-lhe, prazo para corrigi-la;
- e) Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- f) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;
- g) Fiscalizar a execução da contratação, o que não cessa ou diminui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- h) Rejeitar todo e qualquer produto em desconformidade com as especificações do edital;
- i) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- j) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

21. DO FORNECIMENTO

21.1. Os fornecimentos serão feitos mediante AF's – Autorizações de Fornecimento, encaminhadas pelo Município, de acordo com necessidades do mesmo, conforme especificações do item constante do termo de referência, respeitada a ordem de registro dos fornecedores.

21.2. O prazo de atendimento deverá ser de no máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da AF (Autorização de Fornecimento) encaminhada pelo Município.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1. Decorrido o prazo de conferência 5 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município, o pagamento será efetuado, por processo legal, em até 15 (quinze) dias após o recebimento do documento fiscal, devidamente atestado pelo gestor da Ata de RP e, das certidões de regularidade trabalhista, FGTS e à

seguridade social, vigentes, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal do Contrato;

22.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

22.3. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

22.4. O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

22.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento do objeto contratado;

22.6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

22.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada;

22.8. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da ata;

22.9. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, conforme previsão na alínea “d”, artigo 65, da Lei 8666/93.

22.10. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa da contratante, o valor devido poderá ser atualizado monetária e financeiramente desde a data de vencimento da fatura válida, até a data do efetivo pagamento, tendo como base, os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.960 de 29/06/2009).



23. DA REVOGAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. O fornecedor poderá ter o seu registro de preços revogado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

23.2. A revogação do seu registro poderá ser:

23.2.1. A pedido do próprio FORNECEDOR, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

23.2.2. Por iniciativa do MUNICÍPIO, quando:

- a) O fornecedor registrado não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) O fornecedor registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público devidamente, motivada e justificada;
- d) O fornecedor registrado não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) O fornecedor registrado não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nas solicitações dela decorrentes.

23.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro, caso haja.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. É facultada ao Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

24.2. Fica assegurado ao MUNICÍPIO, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo, e no interesse da Administração, revogar a presente licitação no todo ou em parte;

24.3. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

24.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Prefeitura Municipal de João Monlevade;

24.5. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Pregão;

24.6. A reunião de abertura da presente licitação poderá ser adiada ou transferida para outra data, mediante prévio aviso;

24.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

24.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

24.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta;**

24.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

24.11. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos processuais, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento das demais;

24.12. A Administração poderá, até a assinatura da ATA ou recebimento da Nota de Empenho, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou

ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal e trabalhista da licitante;

24.12.1. Caso não existam mais fornecedores com preços registrados, para os mesmos itens, o Pregoeiro (a) convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação;

24.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos;

24.14. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos, conforme artigo 63 da Lei 8.666/1993;

24.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro (a) Oficial ou submetidos a parecer da Procuradoria Jurídica deste Órgão;

24.16. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente de João Monlevade - MG, com exclusão de qualquer outro.

João Monlevade, 06 de maio de 2020.

Érica Márcia Rabello Silva Araújo
Pregoeira

Marlene Pessoa Ferreira
Secretária Municipal de Administração

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo tem como finalidade promover REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS, destinados ao atendimento das Unidades de Saúde Pública do Município.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O Registro de Preços terá vigência durante um período de 12 (doze) meses.

3. DA FORMA DE AQUISIÇÃO

3.1. As aquisições decorrentes do Registro de Preços serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência do Município, mediante a emissão de autorização de fornecimento ou nota de empenho;

3.2. O Registro de Preços não obriga a administração aquisição total dos itens discriminados na planilha, podendo o Município adquirir de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência, em igualdade de condições.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E ESTIMATIVA DE CUSTOS

4.1. Conforme descrição em planilha anexa.

5. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS

5.1. O fornecimento dos materiais deverá ser feito no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) ou Nota de Empenho (NE), salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo fornecedor registrado e acatado pelo Município;

5.2. O fornecimento deverá ser feito de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, mediante Autorização de Fornecimento, emitida pelo Setor de Licitações, diretamente no **Almoxarifado da Central, situado à Av. Cândido Dias, 03, Belmonte**, e recebidos por comissão de recebimento de material, em conformidade com § 8º, artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, segunda à sexta, 7:00 às 10:30 e 13:00 às 16:00 horas, devendo a comissão, no prazo de até **05 (cinco)** dias para rejeitar ou aceitar o fornecimento;

5.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado;

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

6.1. É responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO, providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos materiais pelo fornecedor registrado;

6.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados;

6.3. A contratada, para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas neste termo, no edital e seus anexos;

6.4. Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no edital, anexos e “Autorização de Fornecimento”;

6.5. Comunicar ao Município, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** do recebimento dos pedidos, os motivos que por ventura possam impossibilitar o cumprimento do prazo de entrega;

6.6. Substituir as suas expensas, todo produto em que se verificar danos em decorrência do transporte, vencido ou com validade inferior ao exigido, impróprio para consumo, com inadequação de conteúdo, fora das marcas cotadas ou outros que caracterizem descumprimento das condições licitadas, no prazo de 2 (dois) dias, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

6.7. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo os encargos fiscais e comerciais resultante das aquisições decorrentes da licitação;

6.8. Após homologação da licitação, assinar a Ata de Registro de Preços, relativo ao objeto adjudicado, conforme prazo determinado;

6.9. Fornecer os medicamentos nas condições estipuladas e conforme autorizações de fornecimento e empenhos emitidos;

6.10. Fornecer os medicamentos com prazo de validade mínima de 75% à contar de sua data de fabricação;

6.11. Entregar as quantidades estipuladas na Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, no local designado neste termo, acompanhada da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado, responsabilizando-se exclusividade por todas as despesas relativas ao fornecimento e em conformidade com as seguintes condições:

a) Medicamentos termolábeis acondicionados em caixas térmicas, com controle de temperatura;

b) Produto na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida no rótulo, nº. de registro emitido pela ANVISA e validade;

c) Informações de bulas ou rótulos, em língua portuguesa, contendo nº. de lote, data de fabricação e validade, nº. de registro e outros, de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor;

d) Todos os lotes deverão vir acompanhados de laudo Analítico – Laboratorial, expedido pela empresa produtora, titular do registro na ANVISA e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (RELBLAS).

7. DA GESTÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Caberá à **Comissão Gerenciadora nomeada pela portaria nº. 801/2017** a gestão dos preços registrados, verificada a adequação destes aos praticados pelo mercado e às necessidades demandadas pelo Município.

8. DO PAGAMENTO

8.1. É concedido um prazo de **5 (cinco)** dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura juntamente com as AF's perante o Município, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital;

8.2. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, será efetuado o pagamento diretamente em sua conta corrente, no prazo de até **15 (quinze) dias**, contado da data do atesto de conformidade da nota fiscal.

9. INFORMAÇÕES AOS LICITANTES

9.1. Os licitantes poderão contatar o Setor de Licitações através do telefone (31) 3859.2525 ou na Secretaria Municipal de Saúde através do telefone (31) 3859.5835, para dirimir dúvida e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao fornecimento, bem como outras informações pertinentes.

Andressa Silva Braga
Farmacêutica
CRF – MG 13688

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020

ABERTURA DOS ENVELOPES: ___/___/____.

HORÁRIO: ___: ___ HORAS.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado ao Município de João Monlevade, em conformidade com o Edital de PREGÃO referenciado.

Para tanto, oferecemos a essa Instituição o valor global de **R\$** (.....) **conforme itens e valores unitários e totais da proposta anexa**, observadas as informações e especificações de que trata o edital e seus anexos:

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da proposta, observado o disposto no *caput* e parágrafo único do art. 110 da Lei nº. 8.666/93.

Declaramos que o fornecimento dos produtos será feito em conformidade com as exigências do edital e anexos;

Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas aos fornecimentos, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais e declaramos assumir perante o Município o compromisso de fornecer o objeto no prazo e condições especificadas no edital e seus anexos;

Dados da empresa

a) Razão Social: _____

b) CNPJ nº: _____ Insc. Estadual nº.: _____

c) Endereço: _____



d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____

e) Município: _____ Estado: _____ CEP: _____

f) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

Dados do responsável legal para assinatura da Ata de RP ou contrato

- a) Nome
- b) CPF _____ CI _____;
- c) Endereço: _____;
- d) Telefone contato;

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

Local e data

Nome / Assinatura
(representante legal)

**ANEXO III****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº ____/2020****REGISTRO Nº. _____**

O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, com sede administrativa na Rua Geraldo Miranda, 337, N. Sr^a. Da Conceição, 35.930-027, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.401.059/0001-57, neste ato representado pela PREFEITA MUNICIPAL, **Sra. SIMONE CARVALHO**, inscrito no CPF nº. 764.569.436-04, CI MG 4.493.692 – SSP/MG, doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, neste ato, representada pelo Sr. _____, portador da Cédula de identidade RG _____ - SSP/_____, inscrito no CPF/MF sob o nº. _____ -_____, residente e domiciliado na _____, e, daqui por diante, denominada **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores e, Decreto Federal nº 10.024/2019, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Jurídica do Município, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº. 8.666, de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS destinados ao atendimento das Unidades de Saúde Pública do Município.

1.2. O Registro de Preços não obriga a administração aquisição total dos itens registrados, podendo o Município adquirir de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência, em igualdade de condições.



2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico nº. 15/2020 para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 141/2020, homologado em ___/___/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA, GERENCIAMENTO E CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura vedado os acréscimos nos quantitativos fixados nesta, de que trata o § 1º do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

3.1.1. A ata de registro de preços durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador;

3.2. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, conforme previsão em decreto municipal vigente.

3.3. O gestor da ARP realizará o controle dos fornecimentos, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação;

4. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial do Município e Quadro de Avisos (Hall da Prefeitura Municipal) e encontram-se indicados na planilha anexo, observado a proposta comercial apresentada e o mapa de apuração de lances, parte integrante do processo;

4.2. Decorrido o prazo de conferência 5 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município, o pagamento decorrente da concretização do objeto da licitação será efetuado pelo Município, por processo legal, em até 15 (quinze) dias após o recebimento do documento fiscal, devidamente atestado, pelos gestores da Ata de RP, acompanhado das certidões de regularidade trabalhista, FGTS e à seguridade social, vigentes, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos

emissores pelo gestor desta;

4.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo fornecedor em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

4.4. O gestor/fiscal, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à fornecedor para que sejam feitas as correções necessárias, devendo a contagem dos prazos previstos neste, iniciarem a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

4.5. O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente por outra forma que for convencionada entre as partes, com recurso próprio e vinculados;

4.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte do fornecedor, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação de fornecimento do objeto;

4.7. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, o fornecedor dará ao Município, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

4.8. Todo pagamento que vier a ser considerado indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados do fornecedor;

4.9. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

4.10. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da ata ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie;

4.11. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, conforme previsão na alínea “d”, artigo 65, da Lei 8666/93;

4.12. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa da contratante, o valor devido poderá ser atualizado monetária e financeiramente desde a data de vencimento da fatura válida, até a data do efetivo pagamento, tendo como base, os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.960 de 29/06/2009).

4.13. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor;

4.13.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1 O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação;

5.2 Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo MUNICÍPIO, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo FORNECEDOR, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo MUNICÍPIO a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros;

5.3 Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do FORNECEDOR for apresentada ou chegar ao conhecimento do MUNICÍPIO, este comunicará ao FORNECEDOR por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando

possível, o qual ficará obrigado a entregar ao MUNICÍPIO a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo FORNECEDOR não o eximem das responsabilidades assumidas perante o MUNICÍPIO, nos termos desta cláusula;

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do MUNICÍPIO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pelo FORNECEDOR, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao MUNICÍPIO mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do FORNECEDOR;
- b) medida judicial apropriada, a critério do MUNICÍPIO.

6. DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o FORNECEDOR, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o FORNECEDOR, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for caso de reincidência e o fornecedor tiver comunicado à Comissão Gerenciadora do Município, em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1 Pelo **MUNICÍPIO**:

- a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;
- b) o FORNECEDOR se recusar a receber a AF – Autorização de Fornecimento, salvo se comprovado anterior a emissão desta, justificativa circunstanciada do mesmo, aceita pelo Município;
- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa do contrato, quando for o caso, decorrente do registro de preços;
- d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do subitem



6.1;

e) o FORNECEDOR não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;

f) por razões de interesse público;

g) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;

h) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços.

6.2.2 Pelo **FORNECEDOR**:

a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio da Autorização de Fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior;

6.2.3 O cancelamento ou a suspensão, pelo MUNICÍPIO, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

6.2.4 A comunicação do cancelamento de preço registrado será formalizada pelo MUNICÍPIO e publicada no Diário Oficial do Município www.diariomunicipal.com.br/amm-mg e em seu sítio oficial na internet, www.pmjm.mg.gov.br juntando-se comprovante nos autos do processo.

7. DAS MULTAS E PENALIDADES

7.1. O FORNECEDOR, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registro de Preços e demais cominações legais;

7.2. Advertência sempre que ocorrer pequenas falhas corrigíveis;

7.3. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do

descumprimento da presente contratação:

- a) 1% (um por cento) calculado sobre o valor total da AF, por dia de atraso no fornecimento, até o máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor total da AF, na hipótese do FORNECEDOR injustificadamente desistir do fornecimento ou der causa a sua revogação ou cancelamento, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

7.4. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

7.5. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou deverá ser recolhida pelo FORNECEDOR no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

7.6. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo MUNICÍPIO ao FORNECEDOR, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do FORNECEDOR e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo MUNICÍPIO;

7.7. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o FORNECEDOR da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao MUNICÍPIO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como

- atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- c) emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos fornecimentos, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
 - d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
 - e) assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
 - f) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
 - g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
 - h) a fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução do fornecimento.

8.2. São obrigações do fornecedor registrado:

- a) assinar a Ata de Registro de Preços em até 5 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação;
- b) manter, durante a vigência da ata de registro de preço, a condição de habilitação exigida no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
- c) comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
- d) atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar substituições e ou correções eventuais erros na execução do objeto da ata de registro de preços;
- e) abster-se de transferir, direito ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador;
- f) demais obrigações previstas no termo de referência.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata e preços registrados, serão divulgados em Imprensa Oficial do Município e no hall da Prefeitura Municipal.



10. DAS IMPUGNAÇÕES AOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. A impugnação aos preços registrados, em razão da incompatibilidade destes com os preços praticados no mercado, poderá ser interposta por qualquer cidadão, durante a vigência desta Ata, devendo atender aos seguintes requisitos de admissibilidade:

10.1.1. Ser protocolizada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de João Monlevade, situada na Rua Geraldo Miranda, 337 - Bairro N. Sra. Conceição, CEP 35.930.027;

a) O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas entregues em locais diversos do mencionado no item acima e que, por isso, não sejam protocolizadas na vigência da Ata de Registro de Preços.

10.1.2. Ser dirigida à Comissão de Registro de Preços do Município, que, cumpridos os requisitos de admissibilidade, decidirá a respeito, devendo, uma vez comprovada a procedência do pedido, tomar, inicialmente, conforme o caso, as medidas constantes dos itens 17.14 e 17.15 do Título XVII do Edital;

a) A decisão da Comissão de Registro de Preços será enviada ao impugnante via fac-símile ou correio eletrônico.

10.1.3. Conter o número da Ata de Registro de Preços a qual se refere, com a descrição do objeto e a identificação do(s) item(s) cujo(s) preço(s) esteja(m) sendo impugnado(s);

10.1.4. Conter o nome completo, a qualificação, cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física e o endereço do impugnante;

10.1.5. Conter provas da incompatibilidade do preço impugnado, por meio de pesquisa atualizada do mercado.

11. DO FORNECIMENTO

11.1. Os fornecimentos serão feitos mediante AF's – Autorizações de Fornecimento, encaminhadas pelo Município, de acordo com necessidades do mesmo, conforme itens e especificações constantes do termo de referência e planilha anexos.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir na esfera judicial as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de João Monlevade - MG.

13.2. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo, tendo sido arquivada uma via no Setor de Licitações deste Município.

João Monlevade, de de 2020

SIMONE CARVALHO

Prefeita Municipal
Órgão Gerenciador

[razão social da empresa]

[Representante Legal Da Empresa]
Fornecedor Registrado

TESTEMUNHAS:

Nome:

C.P.F.

Nome:

C.P.F.

LISTA 01

MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIAS, UNIDADES DE SAÚDE E SESAMO 2020 - RECURSO FARMÁCIA BÁSICA

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
1	5775	267643	Acetato de dexametasona - creme bisnaga 10g	0.1%	bisnaga	4,800	R\$ 1.6100	R\$ 1.6939	R\$ 8,130.6288
2	448	267503	Ácido Fólico	5mg	comprimido	108,000	R\$ 0.0500	R\$ 0.0526	R\$ 5,681.3400
3	558	267504	Ácido Valpróico	250mg	cápsula	204,000	R\$ 0.2500	R\$ 0.2630	R\$ 53,657.1000
4	7181	267505	Ácido Valpróico	500mg	comprimido	60,000	R\$ 0.5000	R\$ 0.5261	R\$ 31,563.0000
5	449	315056	Água Bidestilada 10mL		ampola	4,000	R\$ 0.2100	R\$ 0.2209	R\$ 883.7640
6	450	459822	Albendazol	400mg	comprimido	9,600	R\$ 0.4100	R\$ 0.4314	R\$ 4,141.0656
7	9323	269462	Alendronato	70mg	comprimido	12,000	R\$ 0.2800	R\$ 0.2946	R\$ 3,535.0560
8	111728	267508	Alopurinol	100mg	comprimido	8,400	R\$ 0.1200	R\$ 0.1263	R\$ 1,060.5168
9	111730	267510	Amiodarona	200mg	comprimido	6,000	R\$ 0.7400	R\$ 0.7786	R\$ 4,671.3240
10	456	271089	Amoxicilina	500mg	cápsula	120,000	R\$ 0.1700	R\$ 0.1789	R\$ 21,462.8400
11	6513	271217	Amoxicilina + Clavulanato	500mg + 125mg	cápsula	156,000	R\$ 0.9500	R\$ 0.9995	R\$ 155,921.2200
12	114131	448841	Amoxicilina + Clavulanato	50mg + 12,5mg/mL	frasco 75 mL	4,000	R\$ 12.4800	R\$ 13.1302	R\$ 52,520.8320
13	7192	272434	Anlodipina	5mg	comprimido	1,320,000	R\$ 0.0300	R\$ 0.0316	R\$ 41,663.1600
14	600	267140	Azitromicina	500mg	comprimido	18,000	R\$ 0.5400	R\$ 0.5681	R\$ 10,226.4120
15	460	268331	Brometo de Ipratrópio 20mL	0,25mg/mL	frasco-gotas	400	R\$ 0.8600	R\$ 0.9048	R\$ 361.9224
16	8161	267617	Carbamazepina	400mg	comprimido	40,000	R\$ 0.5100	R\$ 0.5366	R\$ 21,462.8400
17	465	267618	Carbamazepina	200mg	comprimido	360,000	R\$ 0.1300	R\$ 0.1368	R\$ 49,238.2800
18	6517	272454	Carbamazepina frasco de 100mL	20mg/mL	suspensão	1,200	R\$ 11.2400	R\$ 11.8256	R\$ 14,190.7248
19	467	270895	Carbonato de Cálcio	1250mg (eq 500mg Ca)	comprimido	115,000	R\$ 0.5100	R\$ 0.5366	R\$ 61,705.6650
20	565	267621	Carbonato de Lítio	300mg	comprimido	90,000	R\$ 0.3700	R\$ 0.3893	R\$ 35,034.9300
21	7193	267566	Carvedilol	3,125mg	comprimido	432,000	R\$ 0.1200	R\$ 0.1263	R\$ 54,540.8640
22	6183	267564	Carvedilol	12,5mg	comprimido	800,000	R\$ 0.1400	R\$ 0.1473	R\$ 117,835.2000
23	3071	267625	Cefalexina	500mg	cápsula	80,000	R\$ 0.3000	R\$ 0.3156	R\$ 25,250.4000
24	2990	331555	Cefalexina	50mg/mL	frasco 60 mL	2,400	R\$ 10.2700	R\$ 10.8051	R\$ 25,932.1608
25	8466	267522	Clomipramina	25mg	comprimido	16,000	R\$ 0.7000	R\$ 0.7365	R\$ 11,783.5200
26	110800	270120	Clonazepam	2,5mg/mL	frasco	1,200	R\$ 1.9600	R\$ 2.0621	R\$ 2,474.5392
27	473	448699	Cloreto de Sódio 10mL	0.9%	ampola	2,400	R\$ 0.1900	R\$ 0.1999	R\$ 479.7576
28	8467	270140	Cloridrato de Biperideno	2mg	comprimido	150,000	R\$ 0.1900	R\$ 0.1999	R\$ 29,984.8500
29	7182	396604	Cloridrato de Biperideno 1mL	5mg/mL	ampola	100	R\$ 1.8700	R\$ 1.9674	R\$ 196.7427
30	480	269843	Cloridrato de Lidocaina Sem Vasoconstritor 20mL	2%	frasco	1,200	R\$ 2.9100	R\$ 3.0616	R\$ 3,673.9332
31	5840	269846	Cloridrato de Lidocaina geléia 30g	2%	tubo	1,500	R\$ 2.7900	R\$ 2.9354	R\$ 4,403.0385
32	481	267310	Cloridrato de Metoclopramida 2mL	10mg/2mL	ampola	1,000	R\$ 0.3700	R\$ 0.3893	R\$ 389.2770
33	569	267768	Cloridrato de Prometazina	25mg	comprimido	24,000	R\$ 0.1400	R\$ 0.1473	R\$ 3,535.0560
34	483	267769	Cloridrato de Prometazina 2mL	25mg/mL	ampola	1,000	R\$ 1.8400	R\$ 1.9359	R\$ 1,935.8640
35	5837	267736	Cloridrato de Ranitidina	150mg	comprimido	72,000	R\$ 0.1100	R\$ 0.1157	R\$ 8,332.6320

36	5838	267735	Cloridrato de Ranitidina 2mL	50mg/2mL	ampola	1,000	R\$ 0.6300	R\$ 0.6628	R\$ 662.8230
37	7183	267635	Clorpromazina	25mg	comprimido	40,000	R\$ 0.2400	R\$ 0.2525	R\$ 10,100.1600
38	7184	267638	Clorpromazina	100mg	comprimido	36,000	R\$ 0.2400	R\$ 0.2525	R\$ 9,090.1440
39	7185	340207	Clorpromazina	4%	frasco-gotas	1,000	R\$ 6.0000	R\$ 6.3126	R\$ 6,312.6000
40	8182	268069	Clorpromazina injetável 5mL	5mg/mL	ampola	100	R\$ 1.5600	R\$ 1.6413	R\$ 164.1276
41	6518	267646	Dexclorfeniramina	0,4mg/mL	frasco 100 mL	4,000	R\$ 1.0200	R\$ 1.0731	R\$ 4,292.5680
42	6968	267197	Diazepam	10mg	comprimido	300,000	R\$ 0.0900	R\$ 0.0947	R\$ 28,406.7000
43	7200	267194	Diazepam 2mL	5 mg/mL	ampola	600	R\$ 0.6900	R\$ 0.7259	R\$ 435.5694
44	493	267647	Digoxina	0,25mg	comprimido	72,000	R\$ 0.0800	R\$ 0.0842	R\$ 6,060.0960
45	495	267205	Dipirona Sódica 10mL	500mg/mL	frasco	18,000	R\$ 0.7600	R\$ 0.7996	R\$ 14,392.7280
46	496	268252	Dipirona Sódica injetável 2mL	500mg/mL	ampola	1,000	R\$ 0.5100	R\$ 0.5366	R\$ 536.5710
47	7104	267652	Enalapril	20mg	comprimido	600,000	R\$ 0.0600	R\$ 0.0631	R\$ 37,875.6000
48	8183	267657	Fenitoína	100mg	comprimido	120,000	R\$ 0.1800	R\$ 0.1894	R\$ 22,725.3600
49	7186	267107	Fenitoína 5mL	50mg/mL	ampola	100	R\$ 2.2200	R\$ 2.3357	R\$ 233.5662
50	7187	300725	Fenobarbital 2mL	100mg/mL	ampola	200	R\$ 1.7400	R\$ 1.8307	R\$ 366.1308
51	8184	300723	Fenobarbital 20mL	4%	gotas	1,200	R\$ 2.9800	R\$ 3.1353	R\$ 3,762.3096
52	581	267660	Fenobarbital	100mg	comprimido	204,000	R\$ 0.1200	R\$ 0.1263	R\$ 25,755.4080
53	6519	273009	Fluoxetina	20mg	cápsula	456,000	R\$ 0.0800	R\$ 0.0842	R\$ 38,380.6080
54	507	292427	Fosfato Dissódico de Dexametasona injetável 2,5mL	4mg/mL	ampola	1,000	R\$ 0.7700	R\$ 0.8101	R\$ 810.1170
55	509	267663	Furosemida	40mg	comprimido	960,000	R\$ 0.0600	R\$ 0.0631	R\$ 60,600.9600
56	510	267666	Furosemida injetável 2mL	10mg/mL	ampola	1,200	R\$ 0.4800	R\$ 0.5050	R\$ 606.0096
57	110801	442754	Gliclazida (LIB PROL)	30mg	comprimido	480,000	R\$ 0.2000	R\$ 0.2104	R\$ 101,001.6000
58	7201	267541	Glicose 20mL	50%	ampola	1,000	R\$ 0.5400	R\$ 0.5681	R\$ 568.1340
59	7188	267670	Haloperidol	1mg	comprimido	18,000	R\$ 0.1300	R\$ 0.1368	R\$ 2,461.9140
60	7189	267669	Haloperidol	5mg	comprimido	84,000	R\$ 0.2300	R\$ 0.2420	R\$ 20,326.5720
61	8473	292194	Haloperidol Decanoato	70,52mg/1mL	ampola	6,600	R\$ 6.4000	R\$ 6.7334	R\$ 44,440.7040
62	7190	292195	Haloperidol gotas	2mg/mL	frasco 20 mL	2,000	R\$ 2.7900	R\$ 2.9354	R\$ 5,870.7180
63	8186	292196	Haloperidol injetável 1mL	5mg/mL	ampola	1,000	R\$ 1.4500	R\$ 1.5255	R\$ 1,525.5450
64	5782	268255	Hemitartarato de Epinefrina 1mL	1mg/mL	ampola	1,000	R\$ 1.8400	R\$ 1.9359	R\$ 1,935.8640
65	112780	294643	Ibuprofeno 30mL	50mg/mL	frasco	4,800	R\$ 1.3900	R\$ 1.4624	R\$ 7,019.6112
66	8175	376767	Ivermectina	6mg	comprimido	2,000	R\$ 0.2200	R\$ 0.2315	R\$ 462.9240
67	9345	270126	Levodopa+Benserazida	200mg +50mg	comprimido	108,000	R\$ 0.8600	R\$ 0.9048	R\$ 97,719.0480
68	9346	270130	Levodopa+Carbidopa	250mg+25mg	comprimido	6,000	R\$ 1.1000	R\$ 1.1573	R\$ 6,943.8600
69	7195	268124	Levotiroxina	25mcg	comprimido	5,000	R\$ 0.1200	R\$ 0.1263	R\$ 631.2600
70	114575	268123	Levotiroxina	50mcg	comprimido	96,000	R\$ 0.1300	R\$ 0.1368	R\$ 13,130.2080
71	7196	268125	Levotiroxina	100mcg	comprimido	60,000	R\$ 0.1200	R\$ 0.1263	R\$ 7,575.1200
72	6522	273466	Loratadina	10mg	comprimido	117,000	R\$ 0.0900	R\$ 0.0947	R\$ 11,078.6130
73	111734	273467	Loratadina	1mg/mL	frasco 100 mL	400	R\$ 2.8300	R\$ 2.9774	R\$ 1,190.9772
74	8178	276657	Metoprolol (succinato)	50mg	comprimido	12,000	R\$ 0.8000	R\$ 0.8417	R\$ 10,100.1600
75	8168	266863	Metronidazol	40mg/mL	frasco 100 mL	300	R\$ 7.4200	R\$ 7.8066	R\$ 2,341.9746
76	9317	268162	Miconazol creme vaginal + 10 aplicadores (mínimo)	2%	tubo	3,000	R\$ 5.5500	R\$ 5.8392	R\$ 17,517.4650
77	613	267378	Nistatina suspensão oral frasco 50mL	100.000Ui/mL	frasco + conta gotas	400	R\$ 3.5000	R\$ 3.6824	R\$ 1,472.9400
78	6523	271606	Nortriptilina	25mg	cápsula	84,000	R\$ 0.3000	R\$ 0.3156	R\$ 26,512.9200
79	3507	271610	Nortriptilina	50mg	cápsula	50,000	R\$ 0.5500	R\$ 0.5787	R\$ 28,932.7500
80	534	431301	Óleo mineral 100mL		frasco	100	R\$ 2.9600	R\$ 3.1142	R\$ 311.4216

81	6524	267712	Omeprazol	20mg	cápsula	1,200,000	R\$ 0.0800	R\$ 0.0842	R\$ 101,001.6000
82	5783	267778	Paracetamol	500mg	comprimido	200,000	R\$ 0.0500	R\$ 0.0526	R\$ 10,521.0000
83	536	267777	Paracetamol gotas - 15mL	200mg/mL	frasco-gotas	3,000	R\$ 0.8400	R\$ 0.8838	R\$ 2,651.2920
84	539	270614	Penicilina G Procaína + Potássica	300.000UI + 100.000UI	frasco- ampola	100	R\$ 4.5200	R\$ 4.7555	R\$ 475.5492
85	6525	448594	Prednisolona (solução oral)	1mg/mL	frasco 100 mL	1,200	R\$ 6.2700	R\$ 6.5967	R\$ 7,916.0004
86	541	267741	Prednisona	5mg	comprimido	96,000	R\$ 0.0800	R\$ 0.0842	R\$ 8,080.1280
87	542	267743	Prednisona	20mg	comprimido	144,000	R\$ 0.1700	R\$ 0.1789	R\$ 25,755.4080
88	545	446105	Sais para Reidratação oral	27,9 g	envelope	16,000	R\$ 0.6000	R\$ 0.6313	R\$ 10,100.1600
89	6527	267746	Sinvastatina	10mg	comprimido	120,000	R\$ 0.0600	R\$ 0.0631	R\$ 7,575.1200
90	9372	267745	Sinvastatina	40mg	comprimido	600,000	R\$ 0.1300	R\$ 0.1368	R\$ 82,063.8000
91	548	270219	Succinato (Sódico) de Hidrocortisona injetável	500mg	frasco-ampola	1,000	R\$ 5.6600	R\$ 5.9549	R\$ 5,954.8860
92	114132	308884	Sulfametoxazol + Trimetropina _(susp oral)	200mg+40mg/5mL	frasco 100 mL	600	R\$ 3.7900	R\$ 3.9875	R\$ 2,392.4754
93	8181	292344	Sulfato Ferroso	40mg	comprimido	180,000	R\$ 0.0600	R\$ 0.0631	R\$ 11,362.6800
94	555	292345	Sulfato Ferroso 30mL	125mg/mL (eq 25 mg Fe)	vidro - gotas	1,800	R\$ 0.9100	R\$ 0.9574	R\$ 1,723.3398
								VALOR TOTAL	R\$ 1,828,076.3550

Requisitado por
 ____/____/____

 Assinatura

Aprovado por
 ____/____/____

 Secretário

LISTA 02

MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIAS, UNIDADES DE SAÚDE E SESAMO 2020 - RECURSO ESTADUAL

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
95	447	267502	Ácido Acetil Salicílico	100mg	comprimido	960,000	R\$ 0.0300	R\$ 0.0316	R\$ 30,300.4800
96	8465	267512	Amitriptilina	25mg	comprimido	225,000	R\$ 0.0600	R\$ 0.0631	R\$ 14,203.3500
97	457	271111	Amoxicilina	50mg/mL	frasco 60 mL	6,000	R\$ 4.4100	R\$ 4.6398	R\$ 27,838.5660
98	5847	267517	Atenolol	50mg	comprimido	460,000	R\$ 0.0500	R\$ 0.0526	R\$ 24,198.3000
99	6185	267653	Espironolactona	25mg	comprimido	420,000	R\$ 0.1500	R\$ 0.1578	R\$ 66,282.3000
100	527	267689	Metildopa	250mg	comprimido	90,000	R\$ 0.4000	R\$ 0.4208	R\$ 37,875.6000
101	3133	267747	Sinvastatina	20mg	comprimido	1,100,000	R\$ 0.0600	R\$ 0.0631	R\$ 69,438.6000
102	111736	328532	Valproato de Sódio 100 mL	250mg/5mL	xarope	1,800	R\$ 3.0100	R\$ 3.1668	R\$ 5,700.2778
103	6967	279269	Varfarina	5mg	comprimido	72,000	R\$ 0.1500	R\$ 0.1578	R\$ 11,362.6800
								VALOR TOTAL	R\$ 287,200.1538

Requisitado por
 ____ / ____ / ____

 Assinatura

Aprovado por
 ____ / ____ / ____

 Secretário

LISTA 03

MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIAS E UNIDADES DE SAÚDE 2020 - RECURSO PRÓPRIO / CONTRAPARTIDA OBRIGATÓRIA

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
104	464	267613	Captopril	25mg	comprimido	900,000	R\$ 0.0300	R\$ 0.0316	R\$ 28,406.7000
105	5850	267691	Cloridrato de Metformina	850mg	comprimido	990,000	R\$ 0.0700	R\$ 0.0736	R\$ 72,910.5300
106	484	267772	Cloridrato de Propranolol	40mg	comprimido	600,000	R\$ 0.0400	R\$ 0.0421	R\$ 25,250.4000
107	8158	267651	Enalapril	10mg	comprimido	420,000	R\$ 0.0500	R\$ 0.0526	R\$ 22,094.1000
108	513	267671	Glibenclamida	5mg	comprimido	450,000	R\$ 0.0300	R\$ 0.0316	R\$ 14,203.3500
109	518	267674	Hidroclorotiazida	25mg	comprimido	1,200,000	R\$ 0.0300	R\$ 0.0316	R\$ 37,875.6000
110	7197	268856	Losartana	50mg	comprimido	2,100,000	R\$ 0.0600	R\$ 0.0631	R\$ 132,564.6000
								VALOR TOTAL	R\$ 333,305.2800

Requisitado por
 ____/____/____

 Assinatura

Aprovado por
 ____/____/____

 Secretário

LISTA 04

MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIAS E UNIDADES DE SAÚDE 2020 - RECURSO PRÓPRIO / IST AIDS

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
111	2926	268372	Aciclovir	400mg	comprimido	2,400	R\$ 1.8600	R\$ 1.9569	R\$ 4.696.5744
112	2927	268375	Aciclovir - bisnaga 10g	50 mg/g	creme	300	R\$ 2.3900	R\$ 2.5145	R\$ 754.3557
113	2929	267151	Cetoconazol	200mg	comprimido	10,800	R\$ 0.2000	R\$ 0.2104	R\$ 2.272.5360
114	604	267632	Ciprofloxacino	500mg	comprimido	2,400	R\$ 0.2400	R\$ 0.2525	R\$ 606.0096
115	607	267662	Fluconazol	150mg	cápsula	9,600	R\$ 0.4100	R\$ 0.4314	R\$ 4.141.0656
116	2935	267717	Metronidazol	250mg	comprimido	30,000	R\$ 0.1300	R\$ 0.1368	R\$ 4.103.1900
117	2936	448758	Metronidazol GEL vaginal 50g + 10 aplicadores (mínimo)	500mg/5g	tubo	2,000	R\$ 3.8300	R\$ 4.0295	R\$ 8.059.0860
118	2939	268851	Norfloxacina	400mg	comprimido	48,000	R\$ 0.2700	R\$ 0.2841	R\$ 13.635.2160
119	7203	270612	Penicilina G Benzatina	1,200,000	frasco-ampola	1,200	R\$ 9.1800	R\$ 9.6583	R\$ 11.589.9336
120	549	308882	Sulfametoxazol + Trimetropina	400 + 80mg	comprimido	36,000	R\$ 0.1000	R\$ 0.1052	R\$ 3.787.5600
								VALOR TOTAL	R\$ 53,645.5269

Requisitado por
 ____/____/____

 Assinatura

Aprovado por
 ____/____/____

 Secretário

LISTA 05

MEDICAMENTOS PARA O PROJETO PEITO ABERTO 2020 - RECURSO PRÓPRIO

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
121	2912	452913	Budesonida	32mcg	susp. spray nasal c/ 120 doses	300	R\$ 16.6500	R\$ 17.5175	R\$ 5,255.2395
122	114576	266701	Budesonida	50mcg	susp. spray nasal c/ 120 doses	300	R\$ 33.6500	R\$ 35.4032	R\$ 10,620.9495
123	9318	352397	Budesonida cápsulas c/ dispositivo	200mcg	caixa com 60 cápsulas	270	R\$ 32.4000	R\$ 34.0880	R\$ 9,203.7708
124	111731	352396	Budesonida cápsulas c/ dispositivo	400mcg	caixa com 60 cápsulas	245	R\$ 34.8000	R\$ 36.6131	R\$ 8,970.2046
125	114577	309095	Formoterol + Budesonida	6/200mcg	pó inalante - tubo com 60 doses	180	R\$ 30.6000	R\$ 32.1943	R\$ 5,794.9668
126	114578	309094	Formoterol + Budesonida	12/400mcg	pó inalante - tubo com 60 doses	225	R\$ 83.4000	R\$ 87.7451	R\$ 19,742.6565
127	111737	332789	Xinafoato de Salmeterol + Propionato de Fluticasona	25mcg/50mcg	spray com 120 doses	315	R\$ 95.0600	R\$ 100.0126	R\$ 31,503.9772
128	111738	332788	Xinafoato de Salmeterol + Propionato de Fluticasona	25mcg/125mcg	spray com 120 doses	150	R\$ 101.4100	R\$ 106.6935	R\$ 16,004.0192
								VALOR TOTAL	R\$ 107,095.7840

Requisitado por
 ____/____/____

 Assinatura

Aprovado por
 ____/____/____

 Secretário

LISTA 06

MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIAS E UNIDADES DE SAÚDE 2020 - RECURSO PAB

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
129	5776	267515	Ampicilina	500mg	cápsula	3,360	R\$ 0.4100	R\$ 0.4314	R\$ 1,449.3730
130	463	267283	Brometo de N-butilescolamina	10mg	comprimido	36,000	R\$ 0.6500	R\$ 0.6839	R\$ 24,619.1400
131	462	267282	Brometo de N-butilescolamina 1 mL	20mg/mL	ampola	500	R\$ 1.0800	R\$ 1.1363	R\$ 568.1340
132	461	270621	Brometo de N-butilescolamina + Dipirona Sódica 5mL	4mg/mL + 500mg/mL	ampola	1,200	R\$ 1.5700	R\$ 1.6518	R\$ 1,982.1564
133	7102	396471	Bromidrato de Fenoterol 20mL	5mg/mL	frasco-gotas	400	R\$ 4.5900	R\$ 4.8291	R\$ 1,931.6556
134	8167	308736	Cetoconazol - bisnaga 30g	20mg/g	creme	2,400	R\$ 4.7900	R\$ 5.0396	R\$ 12,094.9416
135	566	270119	Clonazepam	2mg	comprimido	384,000	R\$ 0.0700	R\$ 0.0736	R\$ 28,280.4480
136	476	272043	Cloridrato de Clonidina	0,100mg	comprimido	330,000	R\$ 0.1900	R\$ 0.1999	R\$ 65,966.6700
137	8470	267292	Cloridrato de Imipramina	25mg	comprimido	70,000	R\$ 0.3200	R\$ 0.3367	R\$ 23,567.0400
138	575	437109	Complexo B		comprimido	50,000	R\$ 0.0500	R\$ 0.0526	R\$ 2,630.2500
139	487	363088	Complexo B 2 mL		ampola	1,000	R\$ 0.7800	R\$ 0.8206	R\$ 820.6380
140	5779	271003	Diclofenaco sódico 3mL	25mg/mL	ampola	1,200	R\$ 0.6300	R\$ 0.6628	R\$ 795.3876
141	5778	271000	Diclofenaco sódico	50mg	comprimido	120,000	R\$ 0.0600	R\$ 0.0631	R\$ 7,575.1200
142	524	267692	Mebendazol	100mg	comprimido	7,200	R\$ 0.0500	R\$ 0.0526	R\$ 378.7560
143	525	267694	Mebendazol 30mL	100mg/5mL	suspensão	2,500	R\$ 1.2900	R\$ 1.3572	R\$ 3,393.0225
144	7105	267688	Metildopa	500mg	comprimido	84,000	R\$ 0.8300	R\$ 0.8732	R\$ 73,352.4120
145	530	267729	Nifedipina	20mg	comprimido	480,000	R\$ 0.0700	R\$ 0.0736	R\$ 35,350.5600
								VALOR TOTAL	R\$ 284,755.7047

Requisitado por
_____/_____/_____

Assinatura

Aprovado por
_____/_____/_____

Secretário

LISTA 07

MEDICAMENTOS PARA SESAMO 2020 - RECURSO MAC CAPS II

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
146	110793	272484	Acetato de Zuclopentixol	50 mg/mL	ampola	100	R\$ 31.2500	R\$ 32.8781	R\$ 3.287.8125
147	7072	272365	Cloridrato de Sertralina	50mg	comprimido	100,000	R\$ 0.1600	R\$ 0.1683	R\$ 16.833.6000
148	110792	272585	Decanoato de Zuclopentixol	200 mg/mL	ampola	100	R\$ 62.6300	R\$ 65.8930	R\$ 6.589.3023
149	8471	268128	Levomepromazina	25mg	comprimido	36,000	R\$ 0.3700	R\$ 0.3893	R\$ 14.013.9720
150	8163	268129	Levomepromazina	100mg	comprimido	36,000	R\$ 0.6200	R\$ 0.6523	R\$ 23.482.8720
151	8164	268130	Levomepromazina	4%	frasco-gotas	750	R\$ 8.8800	R\$ 9.3426	R\$ 7.006.9860
152	595	300989	Periciazina	4%	frasco-gotas	650	R\$ 15.0300	R\$ 15.8131	R\$ 10.278.4910
153	8457	272367	Tioridazina	100mg	comprimido	5,000	R\$ 0.9600	R\$ 1.0100	R\$ 5.050.0800
154	8458	272366	Tioridazina	50mg	comprimido	5,000	R\$ 0.8300	R\$ 0.8732	R\$ 4.366.2150
155	598	278268	Trifluoperazina	5mg	comprimido	30,000	R\$ 0.4900	R\$ 0.5155	R\$ 15.465.8700
								VALOR TOTAL	R\$ 106,375.2008

Requisitado por
_____/_____/_____

Assinatura

Aprovado por
_____/_____/_____

Secretário

LISTA 08

MEDICAMENTOS PARA CANIL MUNICIPAL 2020 - RECURSO FEDERAL VISA

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
156	471	267161	Cloreto de Potássio -10mL	10%	ampola	1,200	R\$ 0.3000	R\$ 0.3156	R\$ 378.7560
157	116793	425182	Cloridrato de Dextrocetamina -10mL	50mg/mL	ampola	50	R\$ 65.1800	R\$ 68.5759	R\$ 3.428.7939
158	116794	305935	Propofol - 20mL	10mg/mL	ampola	400	R\$ 14.1200	R\$ 14.8557	R\$ 5.942.2608
159	8156	277934	Sulfato de Atropina 1mL	0,5mg/mL	ampola	400	R\$ 0.7600	R\$ 0.7996	R\$ 319.8384
								VALOR TOTAL	R\$ 10,069.6491

Requisitado por
 ____/____/____

 Assinatura

Aprovado por
 ____/____/____

 Secretário

LISTA 09

MEDICAMENTOS PARA TOXOPLASMOSE/ GESTANTE 2020 - RECURSO PRÓPRIO

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
160	115579	268292	Ácido Fólnico	15 mg	comprimido	500	R\$ 1.5400	R\$ 1.6202	R\$ 810.1170
								VALOR TOTAL	R\$ 810.1170

Requisitado por
 ____/____/____

 Assinatura

Aprovado por
 ____/____/____

 Secretário

LISTA 10

MEDICAMENTOS PARA URGÊNCIA - RECURSO PRÓPRIO

Item	Código	Código CATMAT	Medicamento - Nome Genérico	Concentração	Forma Farmacêutica	Quantidade	Valor Unitário BANCO DE PREÇOS	Valor Unitário c/ 5,21%	Valor Total + 5,21%
161		278281	Adenosina 2 mL	3 mg/mL	ampola	200	R\$ 9.5700	R\$ 10.0686	R\$ 2.013.7194
162		271710	Amiodarona 3 mL	50 mg/mL	ampola	200	R\$ 2.8700	R\$ 3.0195	R\$ 603.9054
163		268222	Bicarbonato de sódio 250 mL	8.4%	frasco	200	R\$ 21.4500	R\$ 22.5675	R\$ 4.513.5090
164		272045	Clopidogrel	75 mg	comprimido	600	R\$ 1.0200	R\$ 1.0731	R\$ 643.8852
165		273395	Isossorbida (sublingual)	5 mg	comprimido	500	R\$ 0.4200	R\$ 0.4419	R\$ 220.9410
166		304871	Morfina - 1mL	10 mg/mL	ampola	200	R\$ 5.5900	R\$ 5.8812	R\$ 1.176.2478
167		270220	Succinato de Hidrocortisona	100 mg	frasco -ampola	600	R\$ 3.4100	R\$ 3.5877	R\$ 2.152.5966
168		268076	Sulfato de Magnésio 10 mL	10%	ampola	200	R\$ 0.8400	R\$ 0.8838	R\$ 176.7528
169		345259	Tartarato de Metoprolol 5 mL	1 mg/mL	ampola	200	R\$ 24.4900	R\$ 25.7659	R\$ 5.153.1858
								VALOR TOTAL	R\$ 16.654.7430

Requisitado por
 ____/____/____

 Assinatura

Aprovado por
 ____/____/____

 Secretário